

NOTA DE DIVULGAÇÃO

CIM Região de Leiria reclama o reforço de medidas de ordenamento florestal e apoios para os concelhos afetados pelos incêndios florestais

A Comunidade Intermunicipal (CIM) da Região de Leiria aprovou hoje um plano de ação para a execução de medidas de ordenamento florestal e vai solicitar ao Governo o reforço de incentivos para minimizar as significativas perdas materiais nos concelhos mais afetados pelos incêndios florestais na região de Leiria, Alvaiázere, Ansião, Leiria e Pombal.

No período compreendido entre 7 e 18 de julho, a região de Leiria foi fortemente afetada por vaga de incêndios em que se perderam floresta e bens materiais, arderam só na região de Leiria mais de 12.500 hectares, com especial incidência nos concelhos de Alvaiázere (4398,95 ha), Ansião (2491,32 ha), Leiria (3973,78 ha) e Pombal (1688,59 ha), valores que na presente data representam cerca de 30% do valor total da área ardida em Portugal Continental (43000 ha).

Para os autarcas da região de Leiria a abrangência e a escala de destruição das sucessivas vagas de incêndios na região de Leiria torna necessário que se tomem medidas concretas e concertadas no sentido de recuperar as áreas ardidas, através de um plano coerente, sem medidas avulsas ou isoladas.

Nesse sentido, a CIM da Região de Leiria entende que esta oportunidade não pode ser mais adiada e exige um plano de ação para a execução de medidas de ordenamento florestal a todos os concelhos afetados pelos incêndios florestais na Região de Leiria.

Deste modo, deve ser revisto o Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral, adaptando-o à nova realidade e, sobretudo, por haver mais 12.500 hectares ardidos, a que se somam mais de 100 mil hectares de área ardida resultante dos incêndios de 2017, e que precisam urgentemente de um correto ordenamento florestal, parece-nos ser inquestionável a necessidade de garantir uma resposta adequada a esse ordenamento.

«Nos concelhos mais afetados pelos incêndios da Região de Leiria, em articulação com as organizações de produtores florestais e as autarquias, deve ser implementado um plano de ação para a execução de medidas de ordenamento florestal, através de medidas de gestão integrada e com reforço de financiamento, que permita, entre outros domínios, acelerar o processo de cadastro simplificado da propriedade rústica (através do Balcão Único do Prédio – BUPI)», pode ler-se no documento aprovado.

A CIM da Região de Leiria defende ainda, no tocante das operações de combate aos incêndios rurais e de apoio aos meios da proteção civil, a criação de um projeto de implementação e manutenção das redes de defesa intermunicipais (rede viária florestal e redes de pontos de água), condição necessária para mitigar os riscos de reacendimentos e propagação rápida de incêndios, fator crítico no prolongamento das ocorrências registadas nos últimos dias. Este projeto, com o orçamento de 21 milhões de euros, para executar 3 000 km de rede viária florestal e 360 pontos de água em toda a Região Centro, já foi entregue às autoridades regionais e junto da nova Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF).

Para o Presidente da CIM da Região de Leiria, Gonçalo Lopes, “pelas especificidades do território da Região de Leiria, é urgente desenvolver medidas estruturais que provocam a resiliência e a adaptação das florestas, a par de ações de valorização económica e de incentivo aos proprietários e gestores florestais». «A região deseja proteger e regenerar cada vez mais a biodiversidade florestal e adotar práticas de gestão florestal sustentável, precisamos de incentivos concretos para a transição e mitigar as perdas registadas», acrescenta o autarca.

Leiria, 19 de julho de 2022

Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria